

Educação. Estudo da Fiesp mostra que Brasil investe mais que outros países da América Latina, mas tem resultado menos efetivo na aprendizagem, taxa de aprovação e desempenho; problema envolve corrupção, burocracia e políticas públicas inadequadas

País perde R\$ 56 bilhões por ano com má gestão dos recursos da educação

Luciana Alvarez

A má gestão do dinheiro público investido na educação faz com que o Brasil perca anualmente R\$ 56 bilhões, segundo um estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que será apresentado em um seminário amanhã. Se o País investisse na área com a mesma eficiência de outros sete países da América Latina, a média de escolaridade nacional subiria 2,4 anos e o PIB per capita aumentaria 10,5% em dez anos.

Entre 1999 e 2008, o poder público do Brasil gastou US\$ 978 anuais por estudante, resultando em uma média de 6,1 anos de estudo da população. Sete nações latino-americanas (Uruguai, Bolívia, El Salvador, Peru, Paraguai, Nicarágua e Equador) gastaram em média 7,4% a mais que o País (US\$ 1.050 por estudante), mas a escolaridade da população ficou 35,2% superior à brasileira.

A taxa média de analfabetismo nacional foi de 11,3%, e a desses países da América Latina, de 8%. A repetência dos alunos do primário, no Brasil, atingiu 21,4% dos alunos – índice também muito superior a dos outros países latino-americanos, que tiveram 5,8% de repetência.

Na comparação com outros países, o Brasil perde ainda mais. A China gasta o correspondente a 48,5% do gasto do Brasil, mas

tem anos de escolaridade 19% superior, além de uma menor taxa de analfabetismo. “Defendo que se gaste mais em educação, mas não se trata só de valores, precisamos de mais eficiência. Há países com gastos menores e resultados melhores”, afirmou Renato Corona, gerente do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Fiesp, responsável pela pesquisa.

Para o pesquisador, a culpa da ineficiência do investimento no ensino se deve a múltiplos fatores. “Entre as causas temos desde a corrupção e a burocracia, escolhas políticas equivocadas até problemas simples de gestão mesmo, como comprar computadores sem dar o treinamento adequado para os professores.”

Além da média dos anos de escolaridade, o País fica atrás na qualidade do ensino oferecido. Das 57 nações que participam do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês) – exame que mede habilidades de jovens de 15 anos em leitura, ciências e matemática –, o Brasil ficou com a 52.ª posição, perto de países do Oriente Médio e África.

Quando comparado a países que gastam volume de recursos semelhantes por aluno, somente os alunos da Colômbia tiveram nota inferior à brasileira na educação básica. Uruguai, Turquia e Chile despendem como o Brasil, mas conseguem que seus estudantes obtenham resultados muito melhores.

Economia. Segundo o estudo, além da perder em desenvolvimento pessoal dos alunos que estão aprendendo menos do que deveriam, o mau investimento provoca perdas econômicas para o País. A lógica é simples: profissionais mais educados são mais produtivos. Quanto maior a produtividade, maior a renda do trabalhador e, no acumulado, as riquezas do País. “A educação, juntamente com o capital físico e tecnológico, é um dos elementos que mais contribui para o crescimento da economia”, diz Corona.

“A única forma de uma pessoa realmente se emancipar e ter oportunidade igual de crescimento na sociedade é pela educação. E um bom cidadão vai ajudar a construir um bom País”, afirmou o presidente da Fiesp,

Paulo Skaf. “Escola não pode ser depósito de criança. Temos de buscar a excelência em todas as redes de ensino.”

Prioridades. Apesar de os números apontarem para perdas financeiras nacionais pela má gestão da verba pública em educação, o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Marcelo Neri afirma que o País está em um bom caminho ao priorizar o ensino básico e ter metas de médio e longo prazo. “Sou otimista. Em primeiro lugar, porque o investimento está aumentando para o ensino básico; o número para o ensino superior está estável”, argumenta.

Em 2008, porém, o Brasil ainda despendia 17,9% do orçamento para a educação no ensino superior público, mas apenas 3,5% dos alunos do sistema público eram beneficiados, segundo mostra o estudo da Fiesp. “O retrato atual é ruim, mas no passado foi bem pior. Ainda falta avançar muito no ensino médio e nos investimentos para a primeira infância”, diz Neri. Segundo ele, uma educação melhor tem o potencial de melhorar as desigualdades econômicas e sociais do País. “A educação é a mãe de todas as políticas públicas. A escolaridade é a principal variável para se reduzir das desigualdades e também para se melhorar a saúde da população.” Segundo o pesquisador, uma série de estudos mostra que 95% da melhora da saúde vem pela educação. Apenas 5% está relacionado ao aumento da renda.

INEFICIÊNCIA

● Países da América Latina investem melhor que Brasil na educação

	Brasil	América Latina
Gastos públicos com educação	4,3% do PIB	4% do PIB
Recursos anuais por estudante	US\$ 978	US\$ 1.050
Anos de escolaridade	6,1	8,3
Taxa de analfabetismo para maiores de 15 anos	11,3%	8%
Média de Pisa 2006	384	407
Repetência no 4 primeiros anos de ensino	21,4%	5,8%

FONTE: FIESP

PARA ENTENDER

Estudo é feito com base em estatística

Os valores apresentados pelo estudo realizado pela Fiesp são uma estimativa, elaborada com base em modelos estatísticos econométricos, segundo a analista da Fiesp Fulvia Escudeiro. “Primeiro comparamos os dados globais de investimento e de escolaridade dos países. Depois calculamos qual escolaridade o Brasil teria se os gastos fossem aproveitados como a média dos outros países. Isto é, gastando só o que tivemos, sem incluir um centavo a mais”, explica Pulvia.

Feito isso, o último passo do estudo foi estimar o impacto que uma população com um maior nível de educação – 2,4 anos a mais na média nacional – acarretaria sobre a produtividade da mão de obra e, por fim, sobre o PIB do Brasil. O resultado de R\$ 56,7 bilhões representava 1,8% do PIB em 2009.

Para fazer os cálculos, foram usados dados oficiais dos ministérios da Educação dos países analisados e informações de entidades internacionais, como Unesco e Banco Mundial, dos anos de 1999 a 2008.

ENTREVISTA

Inês Miskalo, coordenadora de educação formal do Instituto Ayrton Senna

tos das ações educativas.

‘Mais verba e mais tempo na escola precisam gerar qualidade de ensino’

● O aumento de parcela do PIB investida em educação para 5% é motivo para comemorar?

O aumento sozinho não diz nada. O que é preciso discutir é seu uso. Não estamos chegando onde outros países chegam e nossa porcentagem de investimento não é muito fora da média. É a eficiência das nossas ações que vai dizer se há motivo para comemorar.

● Em que medida o Brasil é um mau gestor em educação?

Em primeiro lugar, é preciso garantir que a criança esteja na escola. Isso o Brasil está fazendo. Mas quando se analisa o resultado desses anos a mais de escolaridade, vemos que estamos

atrás de muito países latino-americanos. Se não mexermos na lógica da gestão educacional não vamos conseguir, mesmo aumentando o investimento, chegar a ser um expoente. A gente gasta muito para fazer pouco, ou mal feito.

● Como a má gestão atrapalha as crianças?

Quando se fala em gestão, fala-se em estabelecer prioridades, ver onde é o ponto mais frágil – que hoje é a qualidade. As crianças não estão aprendendo o que deveriam, nem no tempo que deveriam. Estamos criando uma cidadania vazia. Cidadania implica o indivíduo participar da construção social. Se ele não

consegue numa sociedade letrada se comunicar por essa via, está excluído da cidadania. A escola está simplesmente pondo essa pessoa na sala, e ela fica numa espécie de buraco negro, porque não consegue alcançar patamares mais altos.

● A existência de avaliações sistêmicas e o estabelecimento de metas podem ser vistos como uma evolução de gestão?

Temos algo que aponta o norte, uma bússola dizendo se estamos indo no caminho certo. Indicadores são importantes e a avaliação faz parte de um processo de gestão. Só que ela precisa ser usada para impactar os planejamentos e replanejamen-

● Como assim?

Desde meados dos anos 90 a gente entrou no ritmo mundial de avaliações. E foi ótimos termos a humildade de entrar em processos mundiais como o Pisa, expondo ao mundo nossa fragilidade. Também desenvolvemos avaliações internas. Mas elas mostram problemas, não estamos crescendo no desempenho. O Ideb trouxe uma discussão importante, a valorização de dois vetores: desempenho e fluxo. Falta saber como vamos usar esses indicadores. Se o Ideb for analisado pelas escolas, pelas redes de ensino, ele vai descobrir se a melhora é em função de qual fator. Se estamos melhorando porque facilitamos a aprovação, e se o fluxo escolar está sendo acompanhado da aprendizagem. Se o fluxo estiver isolado, estamos no mau caminho. Porque continuamos a desenvolver menos os alunos do que eles têm capacidade. / L.A.

Investimento público chega a 5% do PIB

O investimento público direto em educação, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), chegou a 5% no Brasil. O valor representa 1 ponto percentual a mais do que foi investido até 2003 e é o maior registrado no País. Os dados, referentes a 2009, são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), do Ministério da Educação.

“Agora, estamos ficando alinhados com o que ocorre nos países desenvolvidos”, disse o ministro da Educação, Fernando Haddad, ao anunciar os valores,

em referência ao padrão de investimento dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): em torno de 6% do PIB.

Haddad salientou que todo o incremento, em relação aos anos anteriores, se deu na educação básica. Este ano, o investimento nessa etapa chegou a 4,3% do PIB, enquanto na educa-

ção superior o índice chegou a 0,7%.

O ministro também informou que a distância entre o investimento na educação básica e na educação superior, por aluno, diminuiu ainda mais. Em 2000, a diferença era de 11 vezes. Em 2009, caiu para 5,1 vezes – número ainda considerado muito alto pelos especialistas.

Série histórica. O maior salto no investimento público em educação relativo ao PIB se deu em 2006, quando passou de 3,9% no ano anterior para 4,3%. Nos anos seguintes, o percentual subiu para 4,5%, 4,7%, até chegar ao patamar dos 5% em 2009.

No cálculo do investimento público em educação relativo ao PIB estão incluídas a destinação de recursos consolidada do governo federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. / L.A.



Resultados insatisfatórios. Brasil tem taxas de analfabetismo e repetência maiores que as de sete países da América Latina